

Palavra da Diretoria

A Natureza está dando um recado...

Quando falamos de Mato Grosso do Sul, estamos falando de uma região privilegiada, onde há água em abundância nos rios e nos lençóis subterrâneos; e onde o poder público tem cumprido seu papel, disponibilizando rede de água tratada para 100% da população urbana.

Embora pareça óbvio ter água de boa qualidade disponível na porta de nossa casa, ainda não é uma realidade para todos os brasileiros. Em pleno 2020, 35 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada. Imagine esta situação no meio de uma pandemia, onde água e sabão são as principais armas para se proteger contra um vírus que, até o momento, a ciência não encontrou um medicamento capaz de destruir.

A água é uma necessidade fisiológica do ser humano, está na base da pirâmide. Aliada a ela estão as demais vertentes do saneamento básico: esgoto, lixo e drenagem, que de maneira extrínseca têm atuação direta sobre a água. O esgoto não tratado contamina o lençol freático e os rios, além de transmitir doenças. O lixo, da mesma forma, se não disposto de maneira correta atrai vetores e contamina o solo. A falta de drenagem causa alagamentos, levando água suja para dentro das casas. Tudo está interligado.

Em Mato Grosso do Sul, a coleta e tratamento de esgotos atende 43% da população urbana, ficando abaixo da média nacional, que é de 61%. O Governo do Estado lançou, no dia 20 de junho, um projeto arrojado, com meta de universalizar a coleta e tratamento de esgotos nos 68 municípios operados pela Sanesul. Isso é um marco no Brasil, e levará nosso Estado ao mais alto patamar. A população sul mato-grossense pode se orgulhar de estar inserida nesse projeto, pois será inédito a nível de Brasil.

A coleta e tratamento dos resíduos sólidos urbanos está avançando a passos largos, através do projeto Resíduos Sólidos – Disposição Legal, coordenado pelo Ministério Público, Tribunal de Contas, com a participação da Agepan, que pretende universalizar esses serviços, acabando de vez com os lixões.

E por fim, a Drenagem que é operada exclusivamente pelas prefeituras. Mais de 50% dos municípios do Estado sofrem com alagamentos em épocas de chuvas intensas; na grande maioria dos casos devido à elevação do nível dos rios que cortam as cidades. A situação deve ser estudada de maneira ampla, com projetos detalhados e levantamento de dados históricos de precipitação. O Plano Municipal de Saneamento Básico dos Municípios é o documento legal que aborda os quatro pilares do Saneamento e deve ser construído em parceria com a sociedade, de maneira a abordar todas as particularidades da cidade.

Quando falamos de Saneamento falamos de saúde. Um real investido em saneamento reduz quatro reais nos custos com tratamento de doenças de veiculação hídrica. A população precisa se ater para essa situação, e saber que assim como um vírus pode se espalhar pelo mundo todo, suas ações podem refletir sobre várias pessoas à sua volta. O consumo consciente é uma bela maneira de contribuir com o todo. Construir tubulações separadas para água de chuva e esgoto nas residências não sobrecarrega as estações de tratamento, e nem as redes de drenagem em épocas de chuvas intensas.

Praticar a coleta seletiva, separando o lixo reciclável, além de reduzir o volume dos aterros sanitários, auxilia na renda das pessoas que trabalham nos centros de coleta e reciclagem. Não jogar lixo na rua propicia o escoamento das águas sem causar entupimento nas tubulações de drenagem.

Por fim, somos parte de um todo. Nossas ações refletem não somente em quem está perto. A covid-19 promoveu uma reflexão universal sobre como estamos interligados.

Marilucia Pereira Sandim

Diretora de Regulação e Fiscalização Saneamento Básico

Ao se cuidar, você colabora para reduzir o contágio da Pandemia do Covid 19. Saúde!



Maio foi o mês das Reuniões por Teleconferência para a equipe da CATENE

Ao todo foram cinco reuniões, dentre as quais, duas com a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Aneel - SFE e duas com a Superintendência de Fiscalização da Geração - SFG.

No dia 11 a CATENE esteve presente na reunião quinzenal SFE/Agepan. Nessa reunião foram discutidos assuntos relacionados às dificuldades enfrentadas pelas distribuidoras para atendimento aos seus consumidores em meio às restrições impostas pela pandemia e também as dificuldades de acesso, pelos clientes e pelos colaboradores internos, aos sistemas do grupo Energisa. Durante as discussões, a equipe de especialistas da Aneel observou que seria produtivo participar da reunião que seria agendada pela Energisa com a Agepan para tratar do acompanhamento ao Plano de Resultados, que é um produto de fiscalização por monitoramento da Agepan. Nessa reunião seriam apresentados o andamento da execução das ações e os resultados dos indicadores obtidos, no primeiro trimestre de 2020, com as melhorias determinadas pela Agepan para os temas selecionados para o acompanhamento: Faturamento de Energia Elétrica, Religação e Geração Distribuída

Reunião com a EMS

Em 11 de maio foi realizada reunião pautada entre a EMS/Aneel/SFE e Agepan/CATENE, com a participação do Diretor de Operações da EMS e foram apresentadas as dificuldades das operações do grupo provocados pela Pandemia. O Diretor explanou os problemas de acesso aos sistemas, o impacto aos consumidores, a dificuldade imposta pelas medidas de restrição de locomoção pelos governos e prefeituras e as ações da Energisa para mitigar



os problemas relatados pelos consumidores de energia elétrica atendidos pela concessionária.

Pelo lado da geração, em 22 de maio foi realizada uma teleconferência entre servidores da CATENE e da Aneel/SFG para tratar das fiscalizações da campanha conformidade regulatória relativas à segurança de barragens das usinas, selecionadas no monitoramento da SFG.

Durante essa reunião foi percebido as dificuldades de cumprimento das metas físicas e principalmente das metas financeiras do contrato de metas de 2020 com a Aneel. Essas dificuldades nas fiscalizações da geração são devidas ao forte componente presencial na fiscalização de empreendimentos. A SFG optou substituir, durante o período de restrições de locomoção, as inspeções nas usinas por monitoramento virtual e sinalizou maior inserção da modalidade ação à distância nas fiscalizações da Agepan.

As dificuldades para o cumprimento do Contrato de Metas foram tratadas em reunião posterior, em 29 de maio com a participação da Superintendência de Fiscalização da Geração, da Coordenação do Convênio da Agepan e do Diretor de Gás e Energia. Nessa Reunião foi discutido o impacto causado pela pandemia na rotina de fiscalizações, com redução nas ações de fiscalização in loco e consequente impactos nos Contratos de Metas, firmados entre Agepan e SFG. O Superintendente da SFE



Diretoria da Presidência
Yousif Domingos

Diretoria de Regulação e Fiscalização - Área de Transporte, Rodovias e Portos
Ayrton Rodrigues

Diretoria de Regulação e Fiscalização - Área de Gás Canalizado, Energia e Aquário
Valter Almeida da Silva

Diretoria de Regulação e Fiscalização - Área Saneamento Básico
Marilucia Pereira Sandim

Superintendência de Administração e Planejamento

Diz Agepan

Ações mensais, desenvolvidas por intermédio da Presidência, Diretorias, Ouvidoria, Gerências, Assessorias, Câmaras Técnicas, e demais colaboradores.

Colaboradores • ARI Carlos Duailibe • ACOM Gizele Oliveira • GEPLAN Elisa Paes • CATESA e CRES Janaína Alves • CATENE Liliam Matos • CATRANSF Caroline Tomanquevez • CATEGÁS Valter Almeida • GEAF Rafael Ribeiro • CRET Ernesto Katsu • CRES Iara Marchioretto • TI Márcio Rigues • Ouvidoria Cristiane Figueiredo • PJUR Fabíola Porcaro • RH Angela Aragão

Coordenação Editorial Gizele Oliveira e Carlos Duailibe Projeto Gráfico Carlos Duailibe

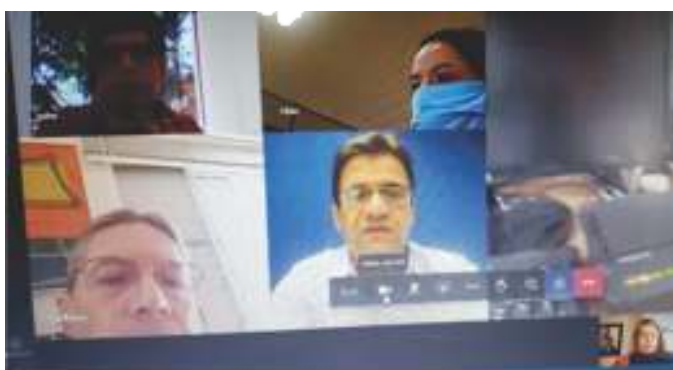
sinalizou que seriam criadas alternativas com vista ao cumprimento do cronograma físico e por consequência do cronograma financeiro dos contratos, como a inclusão de novos produtos para substituir as ações em campo mitigando a redução das metas financeiras dos Contratos da Agepan com a Aneel.

Não resta dúvidas que o Teletrabalho e o uso de tecnologias têm facilitado a comunicação entre as partes. Nossos acessos aos canais de decisão foram encurtados pelas circunstâncias. Todavia, são grandes as dificuldades impostas, para todos.

No início de maio, já com quarenta dias de Teletrabalho, estava claro que não seria apenas uma quarentena. Dificuldades de gerenciamento do dia a dia das Câmaras Técnicas ligadas à Diretoria de Gás e Energia surgiram. Dessa forma, o Diretor convocou uma Reunião Geral para tratar de questões internas relativa ao Teletrabalho, ao protocolo de documentos pelos agentes de Geração e de Distribuição durante a validade da Portaria 181, que suspendeu temporariamente trabalho presencial dos servidores da Agência, questões de instrução processual durante o período de emergência, o acesso e as reais necessidades de acesso às dependências da Agepan e outras questões relativas às dificuldades do Teletrabalho.

Teleconferência da DGE

Apesar da participação e comprometimento dos servidores não são todos os procedimentos que são viáveis de se realizar trabalhando em home office.



A CATENE relacionou algumas necessidades que, se disponibilizadas pela Diretoria Executiva da Agepan, poderá facilitar as atividades da Câmara de Energia, caso se prolongue o período de Teletrabalho dos servidores.

1. Disponibilizar assinatura digital para os servidores que assinam Relatórios de Fiscalização, Termos de Notificação e Notas Técnicas evitando a necessidade de deslocamentos para assinatura de Documentos.

2. Usar o protocolo Digital com assinatura digital em todos os Documentos que requeiram assinatura, eliminando o uso do Correio e necessidade de encaminhamento por AR.

3. Disponibilizar notebooks, durante o período de Teletrabalho, para os servidores que não dispõem de microcomputadores na residência e participam da elaboração de Relatórios de Fiscalização, Termos de Notificação e Notas Técnicas.



Durante o mês de maio 2020, parte dos servidores da Câmara de Energia manteve a rotina de treinamento aproveitando as oportunidades proporcionadas pelas circunstâncias, como nos treinamentos on-line promovidos pela ABAR.

Os servidores Paulo César Dias Franchim e Francisco Elviro de Rezende participaram dos cursos Gestão da Continuidade – Enfrentamento de Contingências e Gestão Estratégica, atividade importante para o cumprimento dos Contratos de Metas firmados entre Agepan e Aneel.

ENERGIA ELÉTRICA

Bandeira VERDE até DEZEMBRO de 2020

A Agência Nacional de Energia Elétrica decidiu manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Trata-se de mais uma medida emergencial para aliviar a conta de luz dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário de pandemia da Covid-19.

Sefaz e Agepan compartilham dados para fiscalização

O Governo do Estado normatizou os procedimentos que permitirão à Agepan e à Secretaria de Fazenda fiscalizarem a concessão da gratuidade ou de desconto no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros a idosos e pessoas com deficiência por aquelas empresas que estiverem usufruindo da redução da base de cálculo de ICMS. A Resolução da Sefaz nº 3.090, publicada em maio, orienta as transportadoras sobre como formalizar a permissão para que a Secretaria compartilhe as informações de seu banco de dados e sobre como inserir as devidas informações no Bilhete de Passagem Eletrônico (BP-e).

O normativo também define como a Agepan poderá receber e utilizar as informações para a execução de sua atividade de fiscalização das empresas prestadoras de serviço de transporte intermunicipal.

Benefício



Em dezembro de 2019, o Governo publicou o Decreto nº 15.338, acrescentando dispositivo ao Decreto 13.646/2013, que regulamenta os descontos e gratuidades. O acréscimo estabeleceu que a base de cálculo do imposto nas prestações de serviços de transporte intermunicipal de passageiro, que tenha início e término no território do Estado, fica reduzida de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7%. Para conseguir a redução, uma das condições é que a empresa esteja regular quanto à concessão dos benefícios sociais previstos na Lei nº 4.086, de 20 de setembro de 2011.

Outra condição é que permita que os órgãos de controle, acompanhamento ou de fiscalização dessa atividade econômica tenham acesso às informações relativas à sua situação econômica ou financeira ou à natureza e ao estado de seus negócios ou atividades.

As informações compartilhadas pela Secretaria de Fazenda extraídas dos Bilhetes de Passagem Eletrônicos (BP-e) são essenciais para a execução da atividade de fiscalização pela Agepan. A Agência encaminhará periodicamente à Secretaria os atestados de que as empresas estão regularmente cumprindo as disposições da gratuidade ou desconto. Os atestados serão analisados pela Sefaz, que, no caso de irregularidade, notificará a empresa sobre a perda do benefício fiscal em relação ao respectivo mês. Nesse caso, a empresa terá que recolher o imposto sem a utilização do benefício.

Fiscalização ostensiva no transporte



As equipes da Agepan voltaram a campo na fiscalização da operação do transporte rodoviário intermunicipal. Com a quase paralisação total do sistema pelas empresas entre março e abril, o monitoramento remoto estava mantido, complementado por verificações pontuais. As ações ostensivas foram retomadas e estão sendo feitas com mais regularidade agora que várias empresas voltaram a executar as linhas.



Com reforço nas medidas para proteção dos fiscais, as operações reiniciaram em 7 de maio, com ênfase ao combate ao transporte clandestino, a partir de inúmeras denúncias. Ao mesmo tempo, ocorre a verificação do cumprimento dos procedimentos que tratam do controle da disseminação do novo coronavírus que têm que ser adotados pelos transportadores legalizados. Concessionárias e autônomos do sistema só podem rodar se estiverem seguindo rigorosamente os protocolos de higiene estabelecidos pelas autoridades de saúde.

As primeiras operações resultaram na abordagem a 46 veículos no período de três horas.

Recomendações de saúde

Em meados de maio as fiscalizações foram intensificadas. O principal resultado foi a expedição de advertência e orientação aos transportadores para o cumprimento das recomendações de adoção de medidas preventivas de saúde. Houve também autuação a transportadores não autorizados ou sem emissão de licença.

De 11 a 16 de maio ocorreram operações nas regiões de Sidrolândia, Terenos, Dourados e Três Lagoas, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar Rodoviária, com abordagens aos veículos na passagem pelos postos, em pontos das estradas e em perímetros urbanos. No total, foram feitas 84 abordagens a veículos particulares, ônibus, micro-ônibus e táxis.



Prevenção

Na verificação se as empresas e operadores autônomos autorizados estão seguindo as recomendações de prevenção sobre saúde e higienização dentro do veículo, os fiscais flagraram o descumprimento da medida sobre a redução do número de passageiros em alguns veículos.

A todos foi dada advertência e reforçada a instrução de apenas disponibilizar o equivalente à metade dos assentos.

Infrações

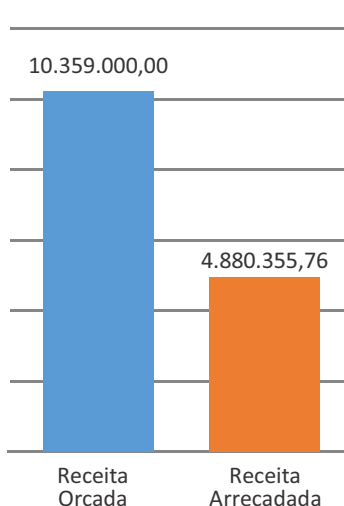
Houve também autuações por não emitir bilhetes, serviço não autorizado, e falta de Licença de Fretamento Contínuo.

Diz Superintendência de Administração e Planejamento

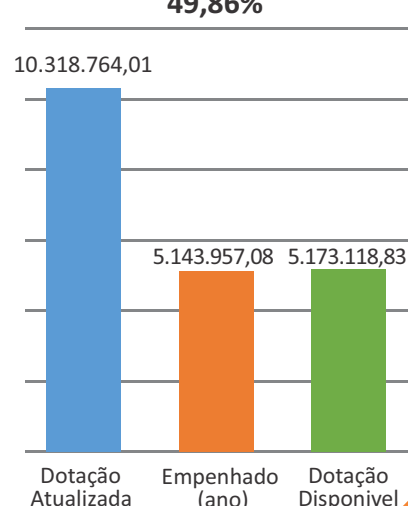
Execução Orçamentaria - Janeiro a Maio/2020

Receita Orçada	10.359.000,00
Dotação Inicial	10.359.000,00
Dotação Atualizada	10.317.071,91
Receita Arrecadada	4.880.355,76
Empenhado (ano)	5.143.957,08
Dotação Disponível	5.173.118,83
Liquidado (ano)	5.002.718,89
Pago (ano)	4.539.442,22
Liquidado a Pagar (ano)	463.276,67

Receita Realizada 47,11 %



Despesa Empenhada 49,86%



Monitoramento Quantitativo de Solicitações

Quadro de solicitações registradas

Atendimentos em 2020		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO
Saneamento	Informações	138	146	97	359	75
	Reclamações	26	26	31	30	16
Transporte	Informações	35	31	41	29	25
	Reclamações	59	31	31	3	8
Energia Elétrica	Informações	0	0	0	8	6
	Reclamações	2	3	2	0	0
Internos Agepan	Informações	0	0	0	44	50
	Reclamações	0	0	0	10	0
Resultados		260	237	202	483	180

Atendimentos

- Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros: 33 atendimentos, sendo que 8 originaram reclamações, 25 informações foram solucionados no momento do atendimento.
- Energia Elétrica: 6 atendimentos, todos informações.
- Saneamento básico: 91 atendimentos, dos quais 75 foram classificados como informações e encerrados durante o atendimento e 16 foram registradas como reclamações.

Relatórios

- Emissão de Relatório de Acompanhamento Mensal ao programa de qualidade das amostras de solicitações de ouvidoria registradas pelos consumidores da distribuidora Energisa, referente ao mês de abril de 2020.

Outras atividades

- Reunião 04/05 via Teams com a SMA, para acompanhamento e revisão de procedimentos.

Diz Assessoria de Relações Institucionais

Relatório de Atividades 2018

Em fase de finalização e no aguardo de informações das áreas de Transportes, Rodovias e Portos, como também da Câmara Técnica de Energia.

Identidade Visual da Agência

Por conta da revitalização da logomarca da Agepan, estão sendo providenciados os ajustes necessários na programação visual dos impressos de papelaria utilizados cotidianamente. De acordo com as solicitações das áreas os arquivos são disponibilizados no **Banner MIV** da Intranet.

Informativo mensal

Parabenizamos a CATENE pela divulgação sistemática, neste periódico, dos relatos de performance e ações da equipe, realizadas via teletrabalho em virtude da pandemia do Covid 19.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e a introdução das telecomunicações nas relações de trabalho permitem, em várias situações, aos colaboradores das entidades a realização de tarefas à distância. O Teletrabalho ganha cada vez mais espaço nas relações laborais com novas formas e novos ritmos.

Reiteramos a importância da participação dos colaboradores na feitura da edição mensal deste informativo para organização e manutenção da memória da Agência. **Um time unido é muito mais Forte e Eficaz.**

